



ARTIGO

Autoria crítica e captura discursiva na IA generativa: disputas subjetivas e materiais no capitalismo digital

Critical authorship and discursive capture in generative AI: subjective and material disputes in digital capitalism

Vitor Nunes Lages

vitornlages@gmail.com

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil

Rafael Fernandes de Mesquita

rafael.fernandes@ifpi.edu.br

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil

Resumo

A expansão da inteligência artificial gerativa (IAG) redefine as fronteiras entre linguagem, autoria e poder, desafiando as ciências humanas e sociais a repensar o papel da escrita e da crítica no capitalismo digital. Este artigo analisa como a IAG transforma os modos de dizer e reconhecer, convertendo a escrita em campo de disputa entre captura discursiva e autoria crítica. Fundamentado na tradição marxista e frankfurtiana e em estudos contemporâneos sobre inteligência artificial gerativa, o estudo investiga a IAG como dispositivo de automação da linguagem e de extração de valor, articulando dimensões simbólicas e materiais. Estruturado em três eixos, o texto discute: (1) a erosão da autonomia crítica diante da simulação algorítmica de afeto e sentido; (2) as infraestruturas digitais privadas que sustentam regimes de dominação, colonialidade e extrativismo ambiental e de dados; e (3) práticas insurgentes de reapropriação tecnológica orientadas por uma ética de justiça social e soberania informacional. Sugere-se que resistir à captura discursiva implica afirmar a linguagem como espaço de dissenso e a autoria como gesto coletivo e inacabado de criação, responsabilidade e justiça social.

Palavras-chave

Inteligência Artificial Generativa. Autoria Crítica. Captura Discursiva. Capitalismo Digital. Subjetividade e Linguagem.

Abstract

The expansion of generative artificial intelligence (GAI) redefines the boundaries between language, authorship, and power, challenging the humanities and social sciences to rethink the role of writing and critique in digital capitalism. This article examines how GAI transforms modes of saying and recognizing, turning writing into a field of dispute between discursive capture and critical authorship. Grounded in the Marxist and Frankfurt School traditions and in contemporary studies

Linguagem em Foco

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 30/06/2025

Aprovação do trabalho: 01/11/2025

Publicação do trabalho: 09/12/2025

10.46230/lef.v17i3.15815

COMO CITAR

LAGES, Vitor Nunes; MESQUITA, Rafael Fernandes de. Autoria crítica e captura discursiva na IA generativa: disputas subjetivas e materiais no capitalismo digital. **Revista Linguagem em Foco**, v.17, n.3, 2025. p. 91-107. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/15815>.

Distribuído sob



Verificado com



on generative artificial intelligence, the study investigates GAI as a device for language automation and value extraction, articulating symbolic and material dimensions. Structured around three axes, the text discusses: (1) the erosion of critical autonomy in the face of the algorithmic simulation of affect and meaning; (2) the private digital infrastructures that sustain regimes of domination, coloniality, and environmental and data extractivism; and (3) insurgent practices of technological reappropriation guided by an ethics of social justice and informational sovereignty. It suggests that resisting discursive capture means affirming language as a space of dissent and authorship as a collective and unfinished gesture of creation, responsibility, and social justice.

Keywords

Generative Artificial Intelligence. Critical Authorship. Discursive Capture. Digital Capitalism. Subjectivity and Language.

Introdução

A disseminação das inteligências artificiais generativas (IAG) na educação, na produção do conhecimento e na vida social impõe às ciências humanas e sociais o desafio de analisar criticamente seus efeitos sobre a linguagem, a subjetividade e as condições materiais de existência. Esta reflexão ancora-se na tradição crítica inaugurada por Karl Marx e Friedrich Engels (2017) [1932] – para quem linguagem, consciência e trabalho se constituem historicamente nas condições materiais da produção – alinhando-se ao que, de Lukács a Adorno e Horkheimer, problematiza-se a alienação, a reificação e as formas de dominação mediadas pela técnica e pela cultura. Nesse horizonte de observação, a preservação da capacidade crítica do pensamento e da escrita diante da difusão de ferramentas que automatizam a linguagem e reorganizam os tempos e os modos de produção textual torna-se uma questão latente.

Nessa direção, este artigo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como a inteligência artificial generativa (IAG) reconfigura as condições discursivas, subjetivas e materiais da escrita, e como a noção de autoria crítica pode atuar como resistência à captura discursiva no capitalismo digital? Em vias de demonstrar preocupação com tópicos que margeiam elementos destacados no questionamento, o debate acadêmico contemporâneo expressa ambivalências. Para fins de exemplo, alguns periódicos e programas de pós-graduação recorrem a softwares que supostamente “detectam” o uso de IAG, enquanto outros setores estimulam seu emprego em cursos e oficinas, por vezes sem diretrizes éticas ou teóricas claras.

Tomada como categoria analítica, a captura discursiva designa os processos pelos quais sistemas algorítmicos reconfiguram modos de dizer, perceber e reconhecer, orientando a produção de sentido por enquadramentos normativos de linguagem, afeto e visibilidade voltados à eficiência e ao controle (Bruno, 2013;

Chun, 2021; Han, 2015; Crawford, 2021). Em tais sistemas, o que pode aparecer, circular e ser legitimado como conhecimento é definido por lógicas de plataforma que simulam neutralidade, mas privilegiam determinadas sensibilidades e perspectivas (Gillespie, 2018; Noble, 2018).

Na IAG, essa captura se intensifica, pois a recombinação estatística de padrões linguísticos tende a mitigar conflitos, homogeneizar estilos e reduzir singularidades históricas e culturais (Silva, 2022; Benjamin, 2023; Evangelista, 2023; Agarwal; Naaman; Vashistha, 2025). Como dispositivo central do capitalismo digital, a IAG combina exploração material e condicionamento subjetivo sob regimes extrativistas e coloniais, deslocando a autoria do sujeito situado para modelos que produzem coesão sem historicidade nem responsabilidade ética.

Em contraposição a esse movimento, discute-se o conceito de autoria crítica, não como categoria restrita à escrita, mas como posição teórico-crítica enraizada na tradição marxista e frankfurtiana. Nessa perspectiva, autoria crítica designa o exercício da crítica em sentido pleno – uma prática reflexiva e ética que confronta as formas históricas de dominação e busca reinscrever dissenso, memória e responsabilidade na linguagem automatizada.

Articulam-se teoria crítica e pesquisas recentes sobre IAG para: (i) analisar seus efeitos sobre a linguagem, a autoria e a ética da escrita acadêmica; e (ii) compreender como tais ferramentas podem ser tensionadas, reapropriadas e contestadas, abrindo possibilidades de resistência e de reinvenção ética da escrita, da pesquisa e da ação política diante da captura discursiva. Metodologicamente, assume-se a mediação algorítmica como objeto e instrumento de reflexão – uma prática crítica imanente que se realiza no próprio ato de pensar e escrever em confronto com as mediações técnicas que expressam as dinâmicas do capitalismo digital contemporâneo¹.

O texto organiza-se em três partes: a primeira analisa como a IAG transforma a produção discursiva e subjetiva, reorientando sensibilidades e reduzindo a

1 Este artigo contou com o apoio de ferramentas de inteligência artificial generativa, especificamente o ChatGPT, versões 4 e 5, utilizado de forma ética, responsável e com mediação humana rigorosa, conforme Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024) apresentam. A IAG foi empregada de modo complementar, por meio de prompts guiados por análises críticas e referências teóricas, em etapas como revisão, aprofundamento de argumentos e organização textual. Todo o conteúdo foi permanentemente avaliado e complementado pelos autores, responsáveis pela redação, estruturação argumentativa e busca de referências. Embora a IAG mobilize sentidos disponíveis em memórias discursivas históricas (Orlandi, 2012), diferentemente do pensamento crítico humano, sua operação baseia-se na recombinação estatística de padrões linguísticos extraídos de bases públicas e privadas, em regime de coleta cuja legalidade e legitimidade são contestadas (Silveira; Cassino; Souza, 2021).

autonomia crítica; a segunda discute as infraestruturas digitais e seus efeitos materiais, evidenciando dinâmicas de dominação, precarização e colonialismo digital; e a terceira mapeia possibilidades de resistência e reapropriação, com foco na construção coletiva de alternativas técnicas e políticas diante do capitalismo algorítmico.

As considerações finais reafirmam a imbricação entre linguagem, subjetividade e materialidade como núcleo das lutas por justiça social na era da inteligência artificial, destacando a urgência de uma formação tecnológica crítica e de práticas insurgentes de escrita e pesquisa que resgatem a autoria como gesto criativo, coletivo e político, condição para uma ética e uma política da linguagem e do conhecimento no presente tecnocapitalista.

1 Linguagem, subjetividade e erosão da crítica na era algorítmica

A linguagem produzida por inteligências artificiais generativas dominantes no mercado global² pode soar indignada, empática e cuidadosa, mas permanece reduzida a cálculo e simulação. São ferramentas desprovidas de implicação real, projetadas para imitar padrões discursivos com base em bancos de dados massivos e em algoritmos orientados por interesses corporativos (Crawford, 2021). Em um contexto de vulnerabilidade psicossocial e de reconfiguração relacional pós-pandemia, esse poder técnico faz com que sejam confundidas com subjetividades dotadas de afeto, consciência moral ou engajamento político (Bruno et al., 2024). Essa sedução algorítmica não é fortuita: insere-se em processos históricos de reprodução de desigualdades e opera segundo lógicas de classe que exploram a necessidade humana de reconhecimento, validação e orientação (Silva, 2022; Zuboff, 2021; Ricaurte, 2019; Honneth, 2003).

A simulação de empatia e responsividade constrói uma ilusão de escuta que desarma a criticidade do sujeito. Essa performance afetiva, ao validar o usuário sem resistência, suaviza o dissenso, dissolve contradições e suprime dúvidas e silêncios. O discurso, assim, é capturado por uma fluência confortável, que não produz elaboração crítica, mas respostas previsíveis, uma fusão entre o que o hu-

2 Segundo o AI Index Report 2025 (Stanford HAI, 2025), em 2024, quase 90% dos modelos notáveis de IA generativa foram produzidos por empresas privadas, ante 60% em 2023, consolidando o domínio corporativo sobre o setor. Embora a academia ainda concentre a maioria das publicações altamente citadas, o desenvolvimento de modelos avançados, como GPT-4 (OpenAI), Gemini (Google), Claude (Anthropic) e LLaMA (Meta), permanece sob controle privado, sem acesso público integral a dados e parâmetros (Stanford HAI, 2025).

mano deseja dizer (ou ouvir) e o que a máquina consegue recombinar ou alucinar³ sem tensão.

Os efeitos são particularmente intensos entre crianças, adolescentes e jovens, sujeitos em processo de incorporação de valores e de modos de sensibilidade. Em contextos de isolamento social e sobrecarga familiar, a IAG pode assumir o papel de interlocutora afetiva, oferecendo validação constante e evitando o conflito. No regime da positividade, a ausência de dissenso aparece como cuidado (Han, 2018), naturalizando a harmonia e deslegitimando o confronto como parte formativa do pensamento crítico.

Contudo, a dissolução da linguagem como vínculo e o esvaziamento da crítica não surgem com a IA, mas reencenam lógicas já diaGnosticadas pela tradição crítica. Lukács (2003) chamou de reificação a transformação do sujeito em coisa funcional ao sistema. Adorno e Horkheimer (1985) demonstraram como a indústria cultural neutralizava a crítica por meio da repetição e da promessa de prazer, agora reencenadas pela automatização algorítmica.

Como observava Gramsci (2001), toda hegemonia implica uma relação pedagógica. Repetindo estruturas argumentativas e critérios de aceitabilidade, a IAG forma subjetividades alinhadas à lógica dominante. Chun (2021) denomina esse processo de “habitualidade algorítmica”: um regime de repetição que educa sujeitos pela previsibilidade e pela obediência, esvaziando a linguagem como espaço de conflito. Han (2015) acrescenta que o desempenho incessante gera cansaço e enfraquece a disposição para a crítica, efeito intensificado pela IAG ao suavizar contradições e oferecer respostas prontas. Nesse clima de exaustão e fluidez, abrem-se brechas para formas autoritárias de consenso.

As tecnologias de linguagem operam sobre dados produzidos majoritariamente em sociedades ocidentais, especialmente nas formações do Norte Global, marcadas por hierarquias históricas de gênero e raça, entre outros marcos sociais. Ao oferecer respostas que evitam conflito e privilegiam a conciliação, a IAG reforça sentidos já consolidados e preserva estilos de expressão hegemônicos. Como demonstra Nagle (2017), ambientes digitais reacionários reativam nostalgias de masculinidade hierárquica associadas a projetos misóginos e homotransfóbicos. Fenômeno semelhante ocorre quando a IAG mantém diálogo fluido com discursos reacionários, evitando tensionar manifestações de racismo,

³ “Alucinação algorítmica” é um conceito que surgiu no campo computacional para definir os erros de uma IAG, isto é, quando gera “informações equivocadas ou imagens surreais” (Lemos, 2024).

machismo ou homofobia sob a aparência de neutralidade. Nesse movimento, a repetição algorítmica atua como mecanismo de naturalização de normas sociais (Butler, 2004), ampliando a previsibilidade do discurso e restringindo a circulação de enunciações dissidentes, sobretudo aquelas produzidas a partir do Sul Global.

Ao reproduzir hierarquias e limitar o dissenso, a IAG altera o regime de confiança discursiva, afetando as esferas pública, política e acadêmica. A simulação de afetos e discursos de justiça social, articulada à fluência automatizada, desmobiliza a autonomia crítica e esvazia a potência transformadora do discurso. Essa fluência performa engajamento, mas converte gestos de ruptura em mercadoria simbólica, conforme a lógica do capitalismo algorítmico.

O resultado é um ambiente discursivo permeado pela desconfiança: torna-se incerta a existência de sujeitos implicados por trás dos enunciados, gerando a sensação de que toda escrita é falsa, desinteressada ou maquinária. Essa crise da confiança não é apenas epistêmica, mas política e autoral: quanto mais a linguagem é capturada por modelos estatísticos de previsibilidade, mais se apaga o gesto de inscrição crítica que caracteriza a autoria como responsabilidade e implicação. Ao corroer a confiança coletiva e fragilizar os vínculos simbólicos que sustentam o espaço público democrático, a captura algorítmica da linguagem reconfigura as condições de possibilidade da deliberação e da vida comum.

2 Capitalismo algorítmico e colonialidade das infraestruturas digitais

Os efeitos da IAG sobre linguagem, subjetividade e vínculos sociais resultam de decisões técnicas e políticas que estruturam sua arquitetura. Longe de neutra, essa arquitetura atua como dispositivo organizador de modos de dizer, sentir e pensar, consolidando infraestruturas que padronizam e reduzem a pluralidade discursiva. Modelos treinados com dados do Norte Global reforçam padrões eurocêntricos e racializados (Silva, 2022) – processo que Benjamin (2023) denomina “injustiça codificada”, ao converter desigualdades históricas em funcionalidades algorítmicas. Agarwal, Naaman e Vashistha (2025) apontam que respostas do GPT-4 reproduzem estilos dominantes alinhados às convenções anglofone-ocidentais, enquanto Rettberg (2024) observa que textos literários em línguas menores, como o islandês, perdem traços culturais, revelando homogeneização narrativa.

Dois casos recentes ilustram como essa injustiça algorítmica assume formas distintas, embora articuladas. Em 2020, o sistema de reconhecimento facial da Amazon identificou erroneamente um homem negro de Detroit como autor

de furto, resultando em sua prisão (Hill, 2020). Pesquisas indicam que classificadores semelhantes apresentam taxas de erro de até 34,7% para mulheres negras, em comparação aos 0,8% para homens brancos, evidenciando o apagamento da presença negra nos dados de treinamento (Buolamwini; Gebru, 2018). Já em 2024, o modelo Google Gemini 1.0 gerou imagens fictícias de “Vikings negros” e “papas asiáticos” ao ilustrar figuras históricas (The Economist, 2024), produzindo uma diversidade artificial sem base histórica, uma tentativa opaca de correção simbólica. No primeiro caso, há exclusão estatística de corpos negros; no segundo, inclusão descontextualizada que transforma reparação em distorção anacrônica. Ambos expressam uma política algorítmica de representação enviesada, sustentada pela mesma racionalidade de governo das diferenças que recai sobre mulheres negras, populações racializadas e vozes historicamente marginalizadas.

A desigualdade de acesso à IAG manifesta-se também em sua arquitetura comercial. Usuários de versões gratuitas enfrentam restrições como limites de interação, ausência de memória de longo prazo e menor personalização, enquanto modelos mais avançados permanecem restritos a corporações, instituições ricas e elites acadêmicas. Essa hierarquização aprofunda desigualdades epistêmicas e políticas, consolidando um regime de produção de sentido controlado por poucos⁴.

A ascensão da IAG como engrenagem central do capitalismo contemporâneo impõe repensar as formas de dominação e as possibilidades de reinvenção política. A questão não é apenas como a IAG transforma linguagem, experiência e trabalho, mas se ainda é possível disputar – em um contexto hiperautomatizado e emocionalmente capturado por tecnologias corporativas – a construção de uma consciência crítica e coletiva. Zuboff (2021) descreve o capitalismo de vigilância como lógica de lucro baseada na antecipação de desejos e na modelagem de comportamentos, na qual a IAG ocupa posição estratégica ao automatizar classificações, reforçar a previsibilidade e sustentar a extração de valor característica dessa forma de exploração.

Evangelista (2023), em sua etnografia do poder algorítmico, aproxima essa lógica do “colonialismo digital”: sistemas de IAG que ocultam critérios sob códigos indecifráveis, concentram poder técnico, dificultam a contestação pública e convertem exclusões em resultados aparentemente neutros, configurando uma

4 Em maio de 2025, no Brasil, a assinatura do GPT Plus custava US\$ 20 por mês, com acesso ao GPT-4 e funções extras. A versão Pro, com GPT-4.5 e recursos avançados, saía por US\$ 200 mensais.

nova forma de dominação epistêmica e política. Em perspectiva convergente, Silveira, Cassino e Souza (2021) denominam esse processo de “colonialismo de dados”, denunciando a dependência do Estado em relação a infraestruturas privadas, o que compromete a soberania informacional. A coleta massiva de dados, sem reconhecimento ou redistribuição justa, extrai saberes locais, transforma-os em insumos computacionais e os devolve como padrões normalizadores de cognição e linguagem – uma captura silenciosa dos modos de pensar e narrar o mundo.

Essas críticas ligam a cultura digital às disputas éticas, políticas e ambientais. Lemos (2025) propõe que falhas e precariedades das infraestruturas, incluindo as da IA, são estruturais no Antropoceno, uma era em que a ação humana destrói ecossistemas e modos de vida. Esse quadro se agrava quando se observa quem controla as infraestruturas da IA generativa: oligarquias tecnocráticas, alinhadas a projetos conservadores que configuram o mercado e o imaginário (Whittaker, 2023), promovendo ofensivas contra pessoas trans sob o rótulo de “identitarismo woke”. Preciado (2020) aponta que tecnologias digitais operam no controle e no apagamento de corpos dissidentes, enquanto Crawford (2021) evidencia o extrativismo de dados, minerais e energia que sustenta a IAG, agravando a crise ambiental que recai sobre corpos precarizados e racializados, especialmente pessoas trans e dissidentes de gênero (Pelúcio; Irineu; Silva, 2025). Rêgo (2025) reforça que os ciclos de inovação em inteligência artificial não reduzem a fome nem redistribuem poder: ao contrário, aprofundam desigualdades e concentram recursos e controle, explorando intensivamente minerais, água e energia e obscurecendo rationalidades não digitais. Em contextos de precariedade educacional, a IAG atua como colonização cognitiva, induzindo sujeitos à repetição de padrões linguísticos sem pensamento crítico e reiterando que a exclusão digital, como alertava Silveira (2001). Isto é, também, a negação de condições políticas para a apropriação crítica da tecnologia.

Além dos efeitos sobre a linguagem, o uso da IAG como aceleradora da produção textual não reduz a carga de trabalho, mas altera o ritmo e o regime das expectativas de entrega. No período de transição, pode haver sensação passageira de ganho de tempo – enquanto persistem as referências à escrita analógica –, porém, essa brecha tende a se fechar à medida que instituições e gestores ajustam suas métricas ao novo compasso produtivo. Assim, a IAG não alivia a pressão, mas realinha o padrão produtivista existente, restabelecendo a mesma lógica de exigência contínua que já marca o trabalho acadêmico e intelectual no

capitalismo contemporâneo. O resultado não é emancipação, mas intensificação do regime de produtividade (Han, 2015), agora sob novas formas de aceleração organizacional, compressão dos tempos de revisão e padronização da linguagem.

O dIAGnóstico das infraestruturas digitais como engrenagens de exploração ressoa em uma tradição crítica mais ampla. Marcuse (1969), ao analisar a tecnologia na sociedade industrial avançada, advertia que ela integra estruturas de dominação ao configurar subjetividades e formas de vida: “A tecnologia serve para instituir novas formas, mais eficazes e mais agradáveis, de controle social e coesão social” (p. 18). Reconhecia, contudo, que, sob condições históricas revolucionárias, a técnica poderia ser reapropriada como instrumento de libertação, rompendo com a racionalidade instrumental dominante.

3 Resistência crítica e reinvenção coletiva contra a captura discursiva

A inteligência artificial generativa representa mais uma etapa nas transformações técnicas que, historicamente, alteraram a escrita e o pensamento – da prensa à máquina de escrever, do computador à IAG (Kittler, 1999; Chun, 2021; Crawford, 2021). Cada instrumento ampliou as possibilidades expressivas e facilitou o trabalho intelectual, mas também introduziu sobrecargas e desigualdades, afetando de forma ambivalente as relações sociais e o acesso ao conhecimento. Tecnologias de apoio à escrita são especialmente relevantes para a autonomia de pessoas com deficiência, ao vincular o direito à linguagem à superação de barreiras materiais e simbólicas (Silva Junior; Vidal, 2023; Souza et al., 2024).

Reducir a inteligência artificial a mero instrumento do capital é insuficiente, pois ela ocupa posição central na reorganização da vida social como ferramenta técnica, política e ideológica (Crawford, 2021; Ricaurte, 2019). Ignorá-la é delegar sua condução a uma oligarquia tecnocapitalista que concentra dados, infraestrutura e capacidade de orientar a linguagem e a atenção coletiva, convertendo-as em mecanismos de acumulação e de controle afetivo-discursivo. Criação humana dotada de potência histórica, a IAG está em disputa. Pode expandir o pensamento crítico, reorganizar ideias e tensionar o já pensado, mas somente quando orientada por sujeitos capazes de historicizar e reinscrever suas formulações em horizontes teóricos, éticos e políticos.

O avanço da IAG manifesta-se também por meio de transformações industriais e institucionais. O AI Index Report 2025 indica que 65,7% dos modelos fundacionais lançados em 2023 eram de código aberto, contra 44,4% em 2022 e 33,3% em 2021. Ainda assim, os sistemas de maior desempenho, como GPT-4,

Gemini, Claude e LLaMA, permanecem fechados (Stanford HAI, 2025). Modelos abertos, com parâmetros e documentação acessíveis, possibilitam auditoria e adaptação científica e pedagógica, permitindo que universidades, laboratórios e escolas públicas atuem como incubadoras de modelos localizados, sensíveis a contextos linguísticos e políticos (Crawford, 2021; Silva, 2022). Experiências como as da Masakhane, Fundación Karisma, Coding Rights, Data for Black Lives e Black in AI (2025) demonstram que organizações tecnopolíticas já analisam e contestam critérios de pertinência discursiva, desenvolvendo pedagogias de leitura crítica da linguagem automatizada.

Essas aberturas, embora não eliminem os riscos de reprodução de assimetrias, criam brechas para reapropriações científicas, educativas e políticas fora dos centros hegemônicos (Benjamin, 2022; Agarwal; Naaman; Vashistha, 2025). O crescimento de modelos impulsionados por Mistral, EleutherAI e Hugging Face amplia a transparência e a auditabilidade, mas também enfrenta os imperativos de acumulação e controle que estruturam o campo da IA. Crawford (2021) e Benjamin (2022) alertam que, mesmo prezando a abertura, tais projetos podem reproduzir desigualdades por dependerem de infraestrutura corporativa e inovação desigual. Birhane et al. (2021) e Raji et al. (2021) lembram que a abertura de código e de pesos não garante justiça algorítmica: repositórios públicos não impedem apropriação corporativa, vigilância descentralizada ou reforço de vieses. A abertura, portanto, é um campo em disputa entre democratização e captura capitalista⁵.

Reconhecer o potencial da IAG não implica otimismo, mas vigilância teórica e ética sobre como ela reorganiza a escrita. Ou a tecnologia é interrogada criticamente para fins coletivos, ou a sociedade será condicionada por elites tecnocorporativas que controlam a infraestrutura, os dados e os ritmos de inovação. A emancipação de subjetividades historicamente subordinadas exige politizar a

5 A startup francesa Mistral AI, apesar de lançar modelos como o Mistral 7B com código e pesos abertos, opera com capital de risco e estratégia de mercado agressiva, sendo avaliada em cerca de 2 bilhões de euros após captar €385 milhões em 2023 (Malik; Hu, 2024). Nesse caso, a abertura funciona como diferencial competitivo sem romper com lógicas proprietárias. Em sentido distinto, a EleutherAI surgiu como coletivo descentralizado para democratizar o acesso a modelos de linguagem e desafiar monopólios, mas enfrenta limites materiais e institucionais, como dependência de servidores e centralização de recursos computacionais (Biderman, 2023; Gao et al., 2020). Já a Hugging Face, central na difusão de modelos abertos e na formação de comunidades, é financiada por capital privado e, em 2023, captou US\$ 235 milhões, alcançando avaliação de US\$ 4,5 bilhões (Wiggers, 2023). Comercializa APIs e modelos por meio de planos pagos, ilustrando a complexa relação entre abertura e sustentabilidade comercial.

IAG, reivindicá-la como bem comum, fomentar inteligências coletivas e garantir ação coordenada de Estado, instituições e movimentos sociais, especialmente em educação, pesquisa e regulação.

Quando operada criticamente, a IAG pode fortalecer a elaboração coletiva e o aprofundamento de dIAGnósticos sobre desigualdades que ela mesma tende a reproduzir. Seu uso demanda autoconsciência autoral e inserção em processos formativos capazes de tensionar suas contradições estruturais. O avanço técnico não implica progresso ético ou social, pode significar mais controle e vigilância (Stanford HAI, 2025). Kaufman, Junquilho e Reis (2023) alertam que a expansão desregulada da IAG conflita com direitos fundamentais e requer limites normativos. No Brasil, o PLS 2.338/2023 busca enfrentar esses riscos, mas a efetividade da regulação depende de lutas sociais mais amplas por justiça e soberania informacional.

Essas disputas assumem formas concretas. Na China, o investimento estatal em IAG integra um projeto de soberania tecnológica, com infraestrutura própria e formação técnica, mas também vigilância e censura algorítmica que restringem a deliberação pública (Lee, 2018; Roberts, 2018). No Brasil, o Piauí tem incluído a IAG na educação básica, articulando formação crítica de estudantes e democratização do acesso à internet como política de cidadania (Piauí, 2023; Piauí, 2025).

No horizonte da resistência crítica, multiplicam-se iniciativas insurretas que articulam ciência, ativismo e criação política. O projeto pan-africano Mاسakhane (2025) enfrenta a colonialidade algorítmica ao priorizar línguas africanas no PLN. Na América Latina, especificamente na Colômbia, a Fundación Karisma (2025) atua em direitos digitais e equidade algorítmica; no Brasil, o Coding Rights (2025) propõe práticas tecnopolíticas feministas por justiça de gênero, racial e econômica. Nos Estados Unidos, a Data for Black Lives (2025) utiliza dados para combater desigualdades raciais, e a Black in AI (2025) fortalece a presença negra na IA. Apesar das diferenças, todas recusam a captura discursiva do capitalismo algorítmico, construindo alternativas baseadas em justiça social e soberania informacional.

Essa reflexão é decisiva diante da atuação de elites tecnocorporativas que, ao concentrar dados e capacidade de modelar a circulação discursiva, reorientam processos democráticos e avançam projetos de governança algorítmica. Cunha (2025) alerta que a defesa de uma “República Tecnológica” por bilionários do setor não se limita às promessas de eficiência, mas envolve a transferência da deliberação coletiva para plataformas privadas, convertendo decisões políticas

em gestão corporativa da vida pública e naturalizando a concentração de poder. Reconhecer essa dimensão é fundamental para compreender que a IAG não é apenas ferramenta de escrita, mas forma de governo, que organiza sensibilidades e condiciona o campo do possível. Ainda assim, a tecnologia permanece em disputa. Brechas, contradições e usos insurgentes podem reconfigurar seus efeitos, desde que a crítica se traduza em práticas de autoria, educação e ação política capazes de reinscrever conflito, memória e responsabilidade na linguagem automatizada.

Considerações finais

Este artigo analisou como a inteligência artificial generativa reorganiza a linguagem, a autoria e as condições materiais do trabalho intelectual, evidenciando a disputa entre captura discursiva e autoria crítica no campo acadêmico. A reflexão ensaística articulou dimensões simbólicas e estruturais, demonstrando que a racionalidade produtivista e a concentração privada das infraestruturas digitais produzem formas de reificação da escrita e da crítica, convertendo a linguagem em instrumento de regulação social e de acumulação de valor.

A principal contribuição teórica consiste em demonstrar que o processo de captura discursiva se intensifica na inteligência artificial generativa. A automação e o controle da linguagem, já presentes em outras mídias digitais, passam a incidir diretamente sobre o pensamento, a escrita e a organização do conhecimento. Trata-se de lógicas que articulam produtividade, colonialidade, padronização discursiva e administração algorítmica da sensibilidade, sustentadas por infraestruturas tecnopolíticas e regimes corporativos de poder. A produção de conhecimento na era algorítmica é atravessada, assim, pela contradição entre dependência e resistência: dependência das infraestruturas e das lógicas produtivistas que viabilizam a pesquisa, e resistência às formas de captura e transformação da linguagem, do pensamento e da sensibilidade – e, por consequência, do próprio conhecimento e das relações sociais. Essa perspectiva amplia o debate sobre ética e autoria na era digital, ao vinculá-lo às dimensões materiais, históricas e coloniais que estruturam o capitalismo algorítmico.

No campo das políticas públicas e do ensino, destaca-se a necessidade de uma formação tecnológica crítica que vá além do uso instrumental das ferramentas, orientando-se para a compreensão histórica, material e social da inteligência artificial generativa. Tal perspectiva busca formar sujeitos capazes de pensar com a tecnologia e contra ela, reconhecendo seus condicionamentos, fi-

nalidades e relações de poder. Ensinar a lidar com a IAG implica, assim, situar-se diante dela – compreender quem a produz, a quem serve e como opera – para que o uso não se converta em captura, mas em exercício crítico da linguagem e do pensamento. No âmbito acadêmico, reitera-se a necessidade de critérios de avaliação que reconheçam a mediação algorítmica como dimensão constitutiva da escrita contemporânea. Ainda assim, parâmetros éticos e de legitimidade tendem a ser transitórios diante das rápidas transformações da IAG, de modo que a consistência crítica e a qualidade reflexiva do texto se afirmam como referenciais mais duradouros dessa disputa.

Embora de natureza predominantemente ensaística, a abordagem aqui adotada configura uma prática crítica imanente, que se realiza no próprio confronto com as mediações algorítmicas que analisa. Futuros trabalhos poderão aprofundar a dimensão empírica, especialmente por meio da análise de práticas acadêmicas concretas, de políticas institucionais de uso de IA e de experiências de reapropriação crítica em contextos educacionais e científicos diversos.

Essas lacunas não invalidam o dIAGnóstico apresentado, ao contrário, indicam a necessidade de consolidar uma agenda de pesquisa sobre autoria e linguagem em tempos de automação, capaz de articular crítica teórica, análise empírica e proposições políticas. As experiências insurgentes discutidas ao longo do texto, como as iniciativas tecnopolíticas e educativas no Sul Global, demonstram que a autoria crítica pode converter-se em gesto coletivo de resistência e de criação, reabrindo o espaço da linguagem como campo de dissenso e de responsabilidade compartilhada.

Preservar a escrita como campo de criação, reflexão e liberdade requer reconhecer a interdependência entre linguagem, subjetividade e materialidade. Essa tríade constitui o núcleo das lutas por justiça social e epistemológica na era da inteligência artificial, reafirmando que resistir à captura discursiva é exercer a crítica – teórica, ética e política – como prática coletiva de enfrentamento às formas contemporâneas de dominação e de reconfiguração do espaço comum da linguagem e do conhecimento.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGARWAL, Dhruv; NAAMAN, Mor; VASHISTHA, Aditya. AI suggestions homogenize writing

toward Western styles and diminish cultural nuances. In: **Chi Conference on Human Factors in Computing Systems**, 2025, New York. Proceedings [...]. New York: Association for Computing Machinery, 2025. Artigo 1117, p. 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3706598.3713564>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BENJAMIN, Ruha. **Viral justice**: how we grow the world we want. Princeton: Princeton University Press, 2022.

BENJAMIN, Ruha. Race after technology. In: LONGHOFER, Wesley; WINCHESTER, Daniel. **Social Theory Re-Wired**. New York: Routledge, 2023. p. 405-415.

BIDERMAN, Stella. **EleutherAI on AI, innovation, and the open source ecosystem**. 2023. Disponível em: <https://www.schumer.senate.gov/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BIRHANE, Abeba; PRABHU, Vinay; KAHEMBWE, Emmanuel. Multimodal datasets: misogyny, pornography, and malignant stereotypes. **arXiv**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BLACK IN AI. **We are Black in AI**. 2025. Disponível em: <https://www.blackinai.org/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRUNO, Fernanda; FALTAY, Paulo; GARCIA, Alice; CARVALHO, Helena. IA emocional e design capcioso: a questão da soberania para a subjetividade. **Liinc em Revista**, v. 20, n. 2, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7311>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BUOLAMWINI, Joy; GEbru, Timnit. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: **Proceedings of Machine Learning Research**, v. 81, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://proceedings.mlr.press/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BUTLER, Judith. Deshacer el género. Barcelona: Paidós, 2004.

CHUN, Wendy. **Discriminating data**: correlation, neighborhoods, and the new politics of recognition. Cambridge, MA: The MIT Press, 2021.

CODING RIGHTS. **Sobre a Coding Rights**. 2025. Disponível em: <https://www.codingrights.org>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CRAWFORD, Kate. **Atlas of AI**: power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence. New Haven: Yale University Press, 2021.

CUNHA, Martim da. Quem são os intelectuais bilionários que preparam a ruptura apocalíptica de Trump. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

DATA FOR BLACK LIVES. **About D4BL**. 2025. Disponível em: <https://d4bl.org/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

DEMANDSAGE. **ChatGPT statistics and facts: 2025 report. 2025**. Disponível em: <https://demandsage.com/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

EVANGELISTA, Rafael. Por uma etnografia do poder na inteligência artificial, no capitalismo de vigilância e no colonialismo digital. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 16, n. 47, p. 112-133, 2023. Disponível em: <https://doi.org/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

FUNDACIÓN KARISMA. **¿Quiénes somos?** 2025. Disponível em: <https://karisma.org.co>. Acesso em: 29 jun. 2025.

GAO, Leo; BIDERMAN, Stella; BLACK, Sid; GOLDING, Laurence; HOPPE, Travis; FOSTER, Charles; PHANG, Jason; HE, Horace; THITE, Anish; NABESHIMA, Noa; PRESSER, Shawn; LEAHY, Connor. The pile: an 800gb dataset of diverse text for language modeling. **arXiv**, p. 1-39, 2020. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2101.00027>. Acesso em: 29 jun. 2025.

GILLESPIE, Tarleton. **Custodians of the internet**: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media. New Haven: Yale University Press, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HILL, Kashmir. Wrongfully accused by an algorithm. **The New York Times**, New York, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KAUFMAN, Dora; JUNQUEIRO, Tainá; REIS, Priscila. Externalidades negativas da inteligência artificial: conflitos entre limites da técnica e direitos humanos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 24, n. 3, p. 43-71, 2023. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/2198>. Acesso em: 29 jun. 2025.

KITTNER, Friedrich. **Gramophone, film, typewriter**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

LEE, Kai-Fu. **AI superpowers**: China, Silicon Valley, and the new world order. New York: Harper Business, 2018.

LEMOS, André. Cultura digital, precariedade e o antropoceno. **Triviis – Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais**, n. 31, p. 94-107, 2025.

LEMOS, André. Erros, falhas e perturbações digitais em alucinações das IA generativas: Tipologia, premissas e epistemologia da comunicação. **Matrizes**, v. 18, n. 1, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380327991_Erros_falhas_e_perturbacoes_digitais_em_alucinacoes_das_IA_generativas_tipologia_premissas_e_epistemologia_da_comunicacaoDigital_erros_failures_and_disruptions_in_generative_AI_hallucinations_comuni. Acesso em: 27 out. 2025.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALIK, Yuvraj; HU, Krystal. Mistral AI raises 600 mln euros in latest funding round. **Reuters**, Londres, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/artificial-intelligence/mistral-ai-raises-600-mln-euros-latest-funding-round-2024-06-11/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle et al. São Paulo:

Boitempo, 2017.

MASAKHANE. **Masakhane**: a grassroots NLP community for African languages. 2025. Disponível em: <https://www.masakhane.io>. Acesso em: 29 jun. 2025.

NAGLE, Angela. **Kill all normies**: online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the alt-right. Winchester: John Hunt Publishing, 2017.

NOBLE, Safiya. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. New York: NYU Press, 2018.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

PELÚCIO, Larissa; IRINEU, Bruna; SILVA, Mariah. Corpos dissidentes, plataformização e vigilância algorítmica: reinvenções (trans)feministas interseccionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 33, n. 1, p. 1-5, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/bxCVzz7jsMfrhkrTsQYKXn/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Piauí conectado contribui na discussão sobre turismo rural em Teresina**. 2023. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PIAUÍ. Secretaria de Educação. **Inteligência artificial revoluciona escolas públicas no Piauí e amplia oportunidades para estudantes**. 2025. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da transição. São Paulo: n-1 edições, 2020.

RAJI, Inioluwa; BENDER, Emily; PAULLADA, Amandalynne; DENTON, Emily; HANNA, Alex. AI and the everything in the whole wide world benchmark. **arXiv**, 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2111.15366>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RÊGO, Ana. Comunicação em tempos de inteligência artificial: ampliação ou redução das desigualdades? **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 48, n. 2, p. p. e202510, 2025. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/4936>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RETTBERG, Jill. How generative AI endangers cultural narratives. **Issues in Science and Technology**, p. 77-79, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://issues.org/generative-ai-cultural-narratives-rettberg/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RICAURTE, Paola. Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. **Television and New Media**, v. 20, n. 4, 2019.

ROBERTS, Margaret. **Censored**: distraction and diversion inside China's Great Firewall. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SAMPAIO, Rafael; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. **Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa**: um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Editora Intercom, 2024. Disponível em: <https://portcom.intercom.org.br/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVA JUNIOR, Antonio; VIDAL, Leonardo. Utilização da inteligência artificial na acessibilidade. In: VIDAL, L.; SILVA JUNIOR, Antonio. **Engenharias – automação, robótica, metrologia e energia**. v. 2. São Paulo: Ed. Científica, 2023. p. 195-212. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

SILVEIRA, Sérgio da. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, Sérgio da; CASSINO, João; SOUZA, Joyce. **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

STANFORD HAI. **Artificial Intelligence Index Report 2025**. Stanford: Stanford Institute for Human-Centered Artificial Intelligence, 2025. Disponível em: https://hai-production.s3.amazonaws.com/files/hai_ai_index_report_2025.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

THE ECONOMIST. **Is Google's Gemini chatbot woke by accident, or by design?** 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.economist.com/united-states/2024/02/28/is-googles-gemini-chatbot-woke-by-accident-or-design>. Acesso em: 29 jun. 2025.

WHITTAKER, Meredith. What is AI? Part 1, with Meredith Whittaker. **AI Now Institute**, 2023. Disponível em: <https://ainowinstitute.org/publications/collection/what-is-ai-part-1-with-meredith-whittaker-ai-now-salons>. Acesso em: 29 jun. 2025.

WIGGERS, Kyle. Hugging Face raises \$235M from investors, including Salesforce and Nvidia. **TechCrunch**, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://techcrunch.com/2023/08/24/hugging-face-raises-235m-from-investors-including-salesforce-and-nvidia/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Sobre os autores

Vitor Nunes Lages - Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: vitornlages@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4412887753043503>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4275-1895>.

Rafael Fernandes de Mesquita - Doutor em Administração pela Universidade Potiguar (UnP). Professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Dirceu Arcoverde. E-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2999577236068634>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4953-4885>.